

# **CLIPPING IMPRESSO**

**09/03/2020**



# INDICE

---

1. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
1.1. AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS.....	1 - 5
1.2. CNJ.....	6
2. JORNAL O IMPARCIAL	
2.1. DESEMBARGADOR.....	7

# Previdência estadual registra rombo de R\$ 1 bi em 2019

Dados do Governo do Maranhão foram divulgados na semana passada pelo Tesouro Nacional no documento intitulado "Relatório Resumido de Execução Orçamentária" **POLÍTICA 3**

# Previdência estadual registra rombo de mais de R\$ 1 bilhão em 2019

Dados foram divulgados na semana passada pelo Tesouro Nacional no documento intitulado “Relatório Resumido de Execução Orçamentária”

Marcos Santos/ USP Imagens

GILBERTO LÉDA  
Da Equipe de Política

**D**ados do Governo do Maranhão informados ao Tesouro Nacional – e divulgados na semana passada no documento intitulado “Relatório Resumido de Execução Orçamentária (Foco estados + Distrito Federal)” – apontam que a gestão Flávio Dino (PCdoB) seguiu sem conseguir conter a sangria de recursos da Previdência em 2019.

Os números mostram um déficit de R\$ 1,005 bilhão no ano. O valor corresponde ao rombo de R\$ 377 milhões do chamado “Plano Previdenciário”, somado ao de R\$ 628 milhões do “Plano Financeiro”. Em 2018, o déficit total também já havia sido de pouco mais de R\$ 1,1 bilhão.



Projeção atuarial da Previdência do Maranhão estima para um rombo acumulado de R\$ 8,5 bi em 2022

O valor do déficit apurado em 2019 é praticamente a metade do estimado pelo próprio governo para 2020.

### Em 2020, previsão é de rombo ainda maior

Segundo projeção atuarial do “Regime Próprio de Previdência Dos Servidores” constante do anexo de metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2020, o “Plano Previdenciário” terá déficit de R\$ 1,3 bilhão neste ano, mais R\$ 513 milhões de déficit do “Plano Financeiro”, totalizando mais de R\$ 1,8 bilhão de rombo.

A previdência local é deficitária

porque o que se arrecada não é o suficiente para cobrir os benefícios e pensões dos inativos. Assim, o Executivo tem que usar recursos do Tesouro para cobrir o rombo.

O mesmo “Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores” contém uma projeção dos resultados previdenciários do Estado até 2091.

Segundo esses dados – e se fossem mantidas as regras de Previdência vigentes até o ano passado-, já em 2022, último ano do governo Flávio Dino (PCdoB), o déficit acumulado da Previdência estadual seria de R\$ 3,1 bilhões no “Plano Financeiro”, mais R\$ 5,4 bilhões no “Plano Previdenciário”.

Após a divulgação desses dados, contudo, os deputados maranhenses aprovaram, em novembro do ano passado, a reforma da Previ-

### NÚMEROS

R\$ 1,005

bilhão foi o déficit apurado em 2019

R\$ 1,165

bilhão foi o déficit apurado em 2018

dência proposta pelo governador Flávio Dino, com aumento alíquotas de contribuição para pelo menos 70 mil servidores públicos estaduais. Haverá, também, aumento do valor da contribuição patronal.

Já neste ano, houve alterações na forma de ingresso de militares ma-

ranhenses na reserva – com aumento de idade mínima na ativa de 30 para 35 anos.

### Fôlego

Essas medidas devem garantir “fôlego” ao Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria (Fepa) do Maranhão. Mas a gestão estadual ainda não calculou qual será o impacto delas, segundo informou, em nota, o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (Iprev), ainda no fim do ano passado.

“O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão (Iprev) informa que a referida projeção é anterior à consolidação do Projeto de Lei nº 14/2019, e que nova avaliação será apresentada posteriormente, já contemplando as novas alíquotas de contribuição dos servidores estaduais”, diz o comunicado.

# Novas alíquotas de contribuição em vigor

Quando receberam no fim deste mês os salários referentes ao mês de março, pelo menos 70 mil servidores públicos estaduais maranhenses já estarão pagando mais à Previdência local.

A reforma previdenciária do Ma-

ranhão foi aprovada no fim do ano passado pela Assembleia Legislativa, e passou a valer neste mês.

Segundo relatório da Segep apresentado na CCJ durante a apreciação da matéria pelos parlamentares, mais de 70 mil servido-

res – entre ativos e inativos – terão aumento efetivo de alíquotas de contribuição na Nova Previdência maranhense. São cerca de 48 mil ativos e algo em torno de 25 mil inativos que recebem a partir de R\$ 3.000,01 e cuja alíquota de contri-

buição agora parte de 14%, contra 11% da lei antiga.

Pela regra geral, houve um aumento linear de 11% para 14%, mas a nova lei aplica fatores de redução ou majoração do percentual de contribuição por faixa salarial.

A cobrança também será feita por faixas salariais: assim, cada alíquota será cobrada apenas dentro da faixa de salário correspondente – o que faz diminuir o valor nominal das contribuições de quem ganha até R\$ 3 mil. ●

# STF suspende ação contra reforma da Previdência

Ação que tramitava no Tribunal de Justiça do Maranhão era de autoria da Associação dos Magistrados do Maranhão e da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem)

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), suspendeu na semana passada a tramitação de uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) contra a Lei Complementar estadual 219/2019, que regula a reforma da Previdência proposta pelo governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), aprovada no fim do ano passado pela Assembleia Legislativa local.

A ação que tramitava no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) era de autoria da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) e da Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem).

Em pedido ao STF, os procuradores do Estado alegaram que a tramitação do processo no TJMA usurparia a competência do Supremo, onde estão em andamento quatro ações – ADIs 6254, 6255,



**PGE diz que ação no TJMA estaria usurpando competência do Supremo**

6258 e 6271 – que também questionam dispositivos da Reforma da Previdência. Segundo eles, os dispositivos da Constituição Fe-

deral são de reprodução obrigatória nas constituições estaduais.

De acordo com o relator, o STF já assentou entendimento (Rcls

425 e 5554) de que o curso da ação deve ser suspenso no juízo estadual quando houver questionamento simultâneo da mesma norma em âmbito federal (no Supremo) e local (nos TJs) contra normas estaduais que são de reprodução obrigatória.

## Caso é relatado pelo ministro Roberto Barroso

Conforme ele, os dispositivos da Constituição do Estado do Maranhão apenas reproduzem regras contidas na Constituição Federal que são discutidos nas ADIs 6254, 6255, 6258 e 6271. Assim, o conteúdo da ação direta estadual será analisado pelo Supremo no julgamento das ADIs. ●

# ESTADO MAIOR

## Homenagens

O ex-presidente José Sarney (MDB) receberá diversas homenagens no mês de abril, quando completará 90 anos, no Maranhão e fora do estado.

Em Brasília, o Congresso realizará uma sessão solene para marcar a data. Além disso, haverá uma exposição sobre a obra literária do imortal no CNJ e na Academia Brasileira de Letras.

No Maranhão, a sessão solene ocorrerá na Assembleia Legislativa, após aprovação de requerimento do deputado Roberto Costa (MDB).



## DEBATES

# TRE participa de painel sobre as Eleições



### MEMBROS DA CORTE ELEITORAL PARTICIPAM DE PAINEL SOBRE AS ELEIÇÕES 2020

O vice-presidente e corregedor eleitoral, desembargador Tyrone Silva e o membro da Corte e ouvidor, Gustavo Vilas Boas, participaram na última sexta-feira, 6 de março, na Câmara Municipal de Raposa, de um painel de debates sobre as eleições 2020. O objetivo foi esclarecer a sociedade raposense a respeito de questões referentes ao processo eleitoral e ao funcionamento das ouvidorias no serviço público.

Promovido pela Câmara Municipal de Raposa, o evento contou, também, com a participação do desembargador José Bernardo Silva Rodrigues, vice-presidente eleito do Tribunal de Justiça e ex-presidente do TRE-MA.

Na abertura, o presidente da Câmara, vereador Beka Rodrigues, agradeceu a participação dos três importantes operadores do Direito e ressaltou que o parlamento, em todas as suas esferas, não pode se resumir ao seu papel constitucional de apenas legislar e fiscalizar os atos do Executivo, mas sim de propiciar e propagar a informação sobre os mais variados assuntos, como os relacionados ao sistema eleitoral que servirão de orientação quanto aos procedimentos adotados para as eleições deste ano.

Dando início ao painel, o desembargador Tyrone discorreu sobre as regras das eleições 2020, notadamente com relação aos prazos, as condutas vedadas, propaganda eleitoral, gastos de campanha e

prestação de contas. O papel do candidato e do eleitor no processo eleitoral foi destacado. Para ele, é fundamental a participação do eleitor na vida política do país, pois contribui para o fortalecimento da democracia. “O eleitor deve saber como escolher o seu candidato, porque é ele que irá representá-lo”, pontuou.

O desembargador José Bernardo discorreu sobre cidadania, respeito e igualdade. Invocou a Carta Magna, destacando em seu parágrafo único, no artigo 1º, todos os pilares fundamentais para a construção do estado democrático brasileiro.

Já o jurista, Gustavo Vilas Boas, membro da Corte e ouvidor, falou da importância da ouvidoria eleitoral. Para ele, é um canal de comunicação entre o cidadão e a justiça eleitoral onde o usuário pode esclarecer dúvidas, fazer elogios ou críticas e realizar consultas com relação aos serviços prestados por essa justiça especializada. Desde a sua inauguração em 2010 já atendeu mais de 71 mil manifestações.

Esclareceu que o atendimento à comunidade e usuários internos (servidores do Tribunal) ocorre através dos seguintes canais de comunicação: formulário eletrônico (disponível no site do TRE-MA), Disque-Eleitor (0800 098 5000), email [ouvidoria@tre-ma.jus.br](mailto:ouvidoria@tre-ma.jus.br), carta-resposta e presencialmente. Após as apresentações, os presentes puderam fazer perguntas e tirar dúvidas acerca do processo eleitoral.